

No. 34807

**Brazil
and
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland**

Memorandum of understanding between the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and the Government of Brazil regarding mutual administrative assistance between their customs administrations. London, 3 December 1997

Entry into force: 3 December 1997 by signature, in accordance with paragraph 4

Authentic texts: English and Portuguese

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 29 July 1998

**Brésil
et
Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord**

Mémorandum d'accord entre le Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord et le Gouvernement du Brésil relatif à l'assistance administrative mutuelle entre leurs administrations douanières. Londres, 3 décembre 1997

Entrée en vigueur : 3 décembre 1997 par signature, conformément au paragraphe 4

Textes authentiques : anglais et portugais

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 29 juillet 1998

[ENGLISH TEXT — TEXTE ANGLAIS]

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND AND THE GOVERNMENT OF BRAZIL REGARDING MUTUAL ADMINISTRATIVE ASSISTANCE BETWEEN THEIR CUSTOMS ADMINISTRATIONS

The Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and the Government of Brazil, Considering that offences against customs laws are detrimental to the economic, fiscal and social interests of their respective countries;

Considering that illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances constitutes a danger to public health and to society;

Considering the importance of ensuring the accurate assessment of customs duties, taxes and other charges collected on the importation or exportation of goods and a proper implementation of provisions of prohibition, restriction and control;

Recognising the need for international co-operation in matters related to the application and enforcement of their customs laws;

Having regard to international instruments promoting bilateral mutual assistance, and in particular the Recommendations of the Customs Co-operation Council of 5 December 1953 and 8 June 1971;

Paragraph 1

For the purposes of this Memorandum of Understanding:

a. The term "customs administration" means, for the Government of the United Kingdom, Her Majesty's Customs and Excise, and for the Government of Brazil, the Federal Revenue Secretariat of the Ministry of Finance;

b. The term "customs laws" means all the legal and administrative provisions enforceable by the customs administrations in connection with the importation, exportation and transit of goods, including:

- i. The collection, guaranteeing or repayment of duties, taxes and other charges;
- ii. Measures of prohibition, restriction or control;
- iii. Action in relation to illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances;

c. The term "customs offence" means any violation or attempted violation of customs laws;

d. The term "information" means any data, documents, reports, or authenticated copies thereof or other communication.

Paragraph 2

1. The Governments will, through their customs administrations and in accordance with the provisions set out in this Memorandum, afford each other mutual assistance:
 - a. To ensure that customs laws are properly observed;
 - b. To prevent, investigate and repress customs offences;
 - c. In cases concerning the delivery of documents regarding the application of customs laws.
2. Assistance within the framework of this Memorandum will be rendered in accordance with the laws and legal provisions of the requested State and within the competence and available resources of the customs administration.

Paragraph 3

1. On request, each customs administration will provide all information about its customs law and procedures which are relevant to enquiries relating to a customs offence.
2. Either customs administration will communicate on request or on its own initiative, any available information relating to:
 - a. New customs law enforcement techniques having proved their effectiveness;
 - b. New trends, means or methods of committing customs offences.
3. Each customs administration will share with the other information on its work procedures for the purposes of advancing their understanding of each other's procedures and techniques.
4. Each customs administration will provide the other, within the limits of its competence and available resources, with technical assistance including secondments, consultancy, training and exchanges.

Paragraph 4

1. This Memorandum will come into operation on signature and is intended to be of unlimited duration but either Government may terminate it at any time by notification through diplomatic channels.
2. The foregoing record represents the understanding reached between the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and the Government of Brazil. Signed in duplicate at London on the 3 day of December 1997 in the English and Portuguese languages, both texts having equal validity.

For the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland:

[ROBIN COOK]

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

[LUIZ FELIPE LAMPREIA]

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA
E IRLANDA DO NORTE SOBRE ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA
MÚTUA ENTRE SUAS ADMINISTRAÇÕES ADUANEIRAS**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte,

Considerando que infrações aduaneiras trazem prejuízos aos interesses econômicos, fiscais e sociais de seus respectivos países;

Considerando que o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas constitui uma ameaça grave para a saúde pública e a sociedade;

Considerando que é importante assegurar a exata percepção das obrigações aduaneiras, taxas e outras cobranças incidentes sobre importação ou exportação de mercadorias e a implementação adequada das medidas de proibição, restrição e controle;

Reconhecendo a necessidade de cooperação internacional relativa aos casos de aplicação e execução da legislação aduaneira;

Tendo em vista os instrumentos internacionais que promovem a assistência mútua bilateral e, em especial, as Recomendações do Conselho de Cooperação Aduaneira de 5 de dezembro de 1953 e de 8 de junho de 1971,

1

Para os fins deste Memorando de Entendimento:

- a) o termo “Administração Aduaneira” significa, para o Governo da República Federativa do Brasil a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e, para o Governo do Reino Unido, o Exator e a Aduana de Sua Majestade;
- b) o termo “legislação aduaneira” significa todas as disposições legais e administrativas cuja execução compete às aduanas, no âmbito da importação, exportação e trânsito de mercadorias, incluindo:
- i. o recolhimento, a garantia e o repagamento de impostos, taxas e outras cobranças;
 - ii. medidas de proibição, restrição ou controle;
 - iii. ação em relação ao tráfico ilegal de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.
- c) o termo “infração aduaneira” compreende qualquer transgressão ou tentativa de transgressão da legislação aduaneira;
- d) o termo “informação” compreende quaisquer dados, documentos, relatórios ou cópias autênticas relativas a eles, ou quaisquer outras comunicações.

2

1. Os Governos, através de suas Administrações Aduaneiras e de acordo com o estabelecido neste Memorando, prestar-se-ão mútua assistência:

- a) para assegurar a correta aplicação da legislação aduaneira;
- b) para prevenir, investigar e reprimir as infrações aduaneiras; e
- c) em casos relativos à entrega de documentos com vistas à aplicação da legislação aduaneira.

2. A assistência, no âmbito deste Memorando, será realizada de acordo com as leis e as provisões legais do Estado requerido e segundo a competência e disponibilidade de recursos da administração aduaneira.

3

1. A pedido, cada Administração Aduaneira fornecerá todas as informações sobre a legislação e os procedimentos aduaneiros nacionais úteis às investigações efetuadas no tocante a uma infração aduaneira.

2. Cada Administração Aduaneira comunicará, a pedido ou por iniciativa própria, todas as informações disponíveis sobre as seguintes questões:

a) novas técnicas de combate às infrações aduaneiras cuja eficácia tenha sido comprovada;

b) novas tendências, meios ou métodos de consecução de infrações aduaneiras.

3. Cada Administração Aduaneira fornecerá à outra informações sobre procedimentos por ela utilizados com o fim de facilitar a compreensão dos procedimentos e técnicas da outra.

4. Cada Administração Aduaneira proporcionará à outra assistência técnica, inclusive cessão de pessoal, consultoria, treinamento e intercâmbio, dentro dos limites de sua competência e disponibilidade de recursos.

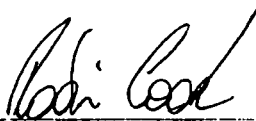
4

1. O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência indeterminada a menos que um dos Governos o denuncie, a qualquer momento, por meio de notificação feita por via diplomática.

2. O acima exposto representa o entendimento a que chegaram o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Feito em Londres, em 3 de dezembro de 1997, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL


PELO GOVERNO DO REINO UNIDO
DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA
DO NORTE

[TRANSLATION — TRADUCTION]

MÉMORANDUM D'ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DU ROYAUME-UNI DE GRANDE-BRETAGNE ET D'IRLANDE DU NORD ET LE GOUVERNEMENT DU BRÉSIL RELATIF À L'ASSISTANCE ADMINISTRATIVE MUTUELLE ENTRE LEURS ADMINISTRATIONS DOUANIÈRES

Le Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord et le Gouvernement du Brésil,

Considérant que les infractions à la législation douanière sont préjudiciables aux intérêts économiques, financiers et sociaux de leur pays respectif,

Considérant que le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes constitue un danger pour la santé publique et la société,

Considérant qu'il est important d'assurer l'évaluation exacte des droits de douane, taxes et autres droits frappant l'importation ou l'exportation de marchandises et une application appropriée des dispositions en matière d'interdiction, de restriction et de contrôle,

Reconnaissant la nécessité d'une coopération internationale lorsqu'il s'agit d'assurer l'application de leur législation douanière,

Tenant compte des instruments internationaux visant à promouvoir l'assistance bilatérale mutuelle et, en particulier, des recommandations du Conseil de coopération douanière du 5 décembre 1953 et du 8 juin 1971,

Paragraphe 1

Aux fins du présent Mémoire d'accord :

a) L'expression "administration douanière" désigne, pour le Gouvernement du Royaume-Uni, le Service des douanes et accises de Sa Majesté (Her Majesty's Customs and Excise) et, pour le Gouvernement du Brésil, le Secrétariat aux impôts fédéraux du Ministère des finances;

b) L'expression "législation douanière" s'entend de toutes les dispositions juridiques et administratives applicables par les administrations douanières à l'importation, à l'exportation et au transit des marchandises et notamment celles qui concernent :

i) La collecte, la garantie et/ou le remboursement des impôts, taxes et autres droits; ii) Les mesures d'interdiction, de restriction ou de contrôle;

iii) Toute action liée au trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes; c) L'expression "infraction douanière" désigne toute violation ou tentative de violation de la législation douanière;

d) Le terme "informations" désigne toutes données, tous documents ou rapports, ou copies certifiées conformes desdits documents, rapports ou autres communications.

Paragraphe 2

1. Les Gouvernements se prêteront mutuellement assistance, par l'intermédiaire de leur administration douanière et conformément aux dispositions du présent Mémoire :

a) En vue d'assurer une bonne application de la législation douanière; b) En vue de prévenir, détecter et réprimer toute infraction douanière;

c) Dans les affaires concernant la remise de documents relatifs à l'application de la législation douanière;

2. L'assistance visée dans le cadre du présent Mémoire sera fournie conformément aux lois et dispositions législatives de l'État requis et dans les limites de la compétence et des ressources de l'administration douanière.

Paragraphe 3

1. Chaque administration douanière fournira, sur demande, toutes informations sur sa législation et ses formalités douanières permettant de répondre aux demandes de renseignements relatives aux infractions douanières;

2. Chaque administration douanière communiquera, sur demande ou de sa propre initiative, tous les renseignements disponibles concernant :

a) Les nouvelles méthodes d'application de la loi dont l'efficacité a été démontrée;

b) Les nouvelles tendances, méthodes ou nouveaux moyens en usage pour la commission des infractions douanières;

3. Chaque administration douanière partagera avec l'autre des renseignements sur ses méthodes de travail, afin que chacune ait une meilleure compréhension des formalités et techniques de l'autre;

4. Chaque administration douanière fournira à l'autre son assistance technique, dans les limites de sa compétence et des ressources dont elle dispose, notamment sous la forme d'un appui, de conseils et d'échanges, ainsi qu'en matière de formation.

Paragraphe 4

1. Le présent Mémoire entrera en vigueur dès sa signature, pour une durée indéterminée, mais chaque Gouvernement pourra le dénoncer à tout moment au moyen d'une notification adressée à l'autre Gouvernement par la voie diplomatique;

2. Le présent document constitue l'accord conclu entre le Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord et le Gouvernement du Brésil. Signé à Lon-

dres le 3 décembre 1997, en double exemplaire, en langues anglaise et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord :

ROBIN COOK

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

LUIZ FELIPE LAMPREIA